



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 9ª (NONA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 9ª (nona) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros: Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, o Presidente indagou à Secretária se há resoluções a serem aprovadas pela Câmara e, a mesma informou não haver resoluções a serem aprovadas. Foi lida e aprovada a ata da 8ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/1318/2015 – Auto de Infração nº 1/201505346. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E P/ CONSTRUÇÃO LTDA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame interposto, e por maioria de votos, negar-lhe provimento, modificar a decisão absolutória exarada na instância singular e, sem exame de mérito, declarar a **EXTINÇÃO** processual, com o fundamento no art. 87, I, “e”, da Lei nº 15.614/2014, ante a falta de interesse processual do Estado na matéria, entendendo que a Lei nº 16.258/2017 extinguiu a penalidade anteriormente prevista no art. 123, III, “m”, da Lei nº 12.670/96, na hipótese de falta de aposição de selo fiscal de trânsito em operação de saída para outros estados. Decisão baseada, também, no art. 106, II, “a”, do CTN. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, se manifestou pela improcedência da autuação. Vencidos, os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa e Felipe Augusto Araújo Muniz, que se pronunciaram de acordo com o representante da Procuradoria geral do Estado. Esteve presente para acompanhar o julgamento deste processo, o representante legal da recorrente, Dr. Márcio Generoso. **Processo de Recurso Nº 1/1320/2015 – Auto de Infração nº 1/201505344. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: SAINT GOBAIN DO BRASIL**

PRODUTOS INDUSTRIAIS E P/ CONSTRUÇÃO LTDA. RELATOR: Conselheiro **FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame interposto, e por maioria negar-lhe provimento, modificar a decisão absolutória exarada na instância singular e, sem exame de mérito, declarar a **EXTINÇÃO** processual, com o fundamento no art. 87, I, “e”, da Lei nº 15.614/2014, ante a falta de interesse processual do Estado na matéria, entendendo que a Lei nº 16.258/2017 extinguiu a penalidade anteriormente prevista no art. 123, III, “m” da Lei nº 12.670/96, na hipótese de falta de aposição de selo fiscal de trânsito em operação de saída para outros estados. Decisão baseada também no artigo 106, II, “a”, do CTN. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Mikael Pinheiro de Oliveira, que fica designado para elaborar a resolução, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária. O representante da Procuradoria Geral do Estado, se manifestou pela improcedência da autuação. Vencidos, os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa e Felipe Augusto Araújo Muniz, que se pronunciaram de acordo com o representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/4077/2017 – Auto de Infração nº 1/201704476. RECORRENTE: ÁGUIA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR:** Conselheiro **MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e tomar as seguintes deliberações: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada pela parte por alegada, capitulação errônea da penalidade, o agente fiscal se referiu ao art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alegando que essa alínea não existe na citada lei** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o autuado se defende dos fatos imputados e não da capitulação legal efetuada pelo autuante e, considerando que este dispositivo em questão já existia na legislação à época do fato gerador; **2. Quanto a preliminar de nulidade suscitada pela parte sob a alegação de falta de clareza e precisão na mensuração da multa utilizando percentual não previsto em lei** – Afastada por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o auto de infração está claro quanto à infração denunciada e que o contribuinte não teve dúvida quanto ao fato que lhe é imputado, pois desde o início exerceu o seu direito de defesa, apresentando impugnação e recurso ordinário atacando os fatos que serviram de fundamento para a autuação, inexistindo, portanto, as hipóteses de nulidade arguidas pela recorrente; **3- Em relação a arguição de que os artigos infringidos – 276-A, 276-C, 276-E 285 e 299 do Decreto nº 24.569/97 e alterações posteriores não pode ser considerados pela autuada** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o auto de infração trata da cobrança do imposto, e não de obrigação acessória; **4. Quanto ao pedido de Perícia** – foi indeferido, por unanimidade de votos, por ser desnecessária diante dos elementos já constante dos autos, considerando ainda, que foi feito de forma genérica, não atendendo ao disposto no art. 93, §1º e art. 97, inciso III, da Lei nº 15.614/2014; **5- Quanto à alegação de caráter confiscatório da multa aplicada**, foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando tratar-se de matéria constitucional, sendo o presente órgão incompetente para sua análise, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014; **6- No mérito**, a 3ª Câmara, resolve por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o feito fiscal, em razão da exclusão das notas fiscais nº 171340, 174470, 241964, 499 e 2604, por serem diversa ao fato que motivou a autuação. Mantem-se a penalidade da autuação, para as demais notas fiscais, qual seja: art. 123, I, “c”, da Lei nº 12.670/96. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso**

Nº 1/4078/2017 – Auto de Infração nº 1/201704469. RECORRENTE: ÁGUIA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO.

Decisão: Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, e tomar as seguintes deliberações: **1. Quanto à preliminar de nulidade suscitada pela parte por alegada, capitulação errônea da penalidade, o agente fiscal se referiu ao art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, alegando que essa alínea não existe na citada lei** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o autuado se defende dos fatos imputados e não da capitulação legal efetuada pelo autuante e, considerando que este dispositivo em questão já existia na legislação á época do fato gerador; **2. Quanto a preliminar de nulidade suscitada pela parte sob a alegação de falta de clareza e precisão na mensuração da multa utilizando percentual não previsto em lei** – Afastada por unanimidade de votos, sob o entendimento que o auto de infração está claro quanto à infração denunciada e que o contribuinte não teve dúvida quanto ao fato que lhe é imputado, pois desde o início exerceu o seu direito de defesa, apresentando impugnação e recurso ordinário, atacando os fatos que serviram de fundamento para a autuação, inexistindo, portanto, as hipóteses de nulidade arguidas pela recorrente; **3. Em relação a arguição de que os artigos infringidos – 276-A, 276 - C, 276-E 285 e 299 do Decreto nº 24.569/97 e alterações posteriores não pode ser considerados pela autuada** – Afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o auto de infração decorre de descumprimento de obrigação acessória com previsão na legislação; **4. Quanto ao pedido de Perícia** – foi indeferido, por unanimidade de votos, por ser desnecessária diante dos elementos já constante dos autos, considerando ainda, que foi feito de forma genérica, não atendendo ao disposto no art. 93, §1º e art. 97, inciso III, da Lei nº 15.614/2014; **5. Quanto à alegação de caráter confiscatório da multa aplicada**, foi rejeitada por unanimidade de votos, considerando tratar-se de matéria constitucional, sendo o presente órgão incompetente para sua análise, nos termos do art. 48 da Lei nº 15.614/2014; **6. No mérito**, a 3ª Câmara, por maioria de votos, dar parcial provimento ao recurso interposto, para modificar a decisão condenatória e, julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o feito fiscal, aplicando a penalidade no art. 123, VIII, “L”, com as alterações da Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112, do CTN. Tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual. O Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, se manifestou pela parcial procedência, aplicando para as operações de saída a penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96 e, para as operações de entrada a penalidade inserta no art. 123, III, “g”, Lei nº 12.670/96 c/c o art. 126 da mesma lei. A Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto votou pela parcial procedência nos termos da manifestação do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 21 (vinte e um) de agosto do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA